

RECORTE - REVISTA DE LINGUAGEM, CULTURA E DISCURSO

ANO 2 - NÚMERO 3 - JULHO A DEZEMBRO DE 2005

[início](#)

A NOÇÃO DE GÊNERO EM SWALES: REVISITANDO CONCEITOS

Marta Cristina da Silva
UFJF

ABSTRACT: The notion of text genres presented by Swales in 1990 was strongly based on the concepts of “communicative purpose” and “discourse community”. This paper intends to discuss the complexity of such concepts, showing how they have been revisited by the author himself.

INTRODUÇÃO

A vasta literatura na área de gêneros textuais poderia nos dar uma falsa impressão de que o assunto estaria esgotado. No Brasil, o conceito de gênero tem circulado amplamente na pesquisa acadêmico-científica desde o final da década de 90. No contexto pedagógico, a partir das diretrizes apontadas por documentos oficiais (como os Parâmetros Curriculares Nacionais), falar do uso de diferentes gêneros na escola tornou-se até um “modismo”. Entretanto, ao se fazer uma revisão da literatura, o que se constata é que importantes questões teóricas relacionadas à noção de gênero ainda demandam pesquisas mais aprofundadas. Em outras palavras, o conceito está ainda em formação.

A dificuldade de apreensão da noção de gênero se dá em virtude da complexidade das questões envolvidas, tanto terminológicas quanto conceituais. A literatura registra várias definições diferentes. Conforme Brandão (2002), a diversidade de campos do saber voltados à questão do gênero tem resultado numa variedade de abordagens, o que tem-se refletido na metalinguagem utilizada, com o uso indiscriminado de termos como gêneros, tipos, modos, modalidades de organização textual e espécies de textos e de discursos. É verdade que autores de vertentes teóricas diversas já chegam a um consenso em determinados aspectos. É consensual, por exemplo, nas palavras de Bonini (2001a), “o fato de que a língua, do ponto de vista de sua práxis, reflete, através do gênero principalmente, os padrões culturais e interacionais da comunidade em que está inserida” (p. 8). As diferentes abordagens também já parecem hoje concordar com a visão de gênero como entidade sócio-comunicativa e não meramente como entidade formal. Mas é ainda difícil chegar a um consenso quando se levam em consideração os critérios definidores do gênero. Afinal, qual o critério (ou quais os critérios) de maior relevância para a identificação/caracterização de um gênero? Seria possível estabelecer critérios que dessem conta dos mais diversos exemplares de gêneros?

Neste trabalho, pretendemos demonstrar a complexidade dessa discussão

através de Swales, cuja pesquisa é ainda uma das referências mais importantes no conjunto de estudos sobre o tema.

O CONCEITO DE GÊNERO EM SWALES

Com base na análise de textos produzidos para fins acadêmicos e profissionais, Swales enfatiza a relevância do propósito comunicativo do texto em sua obra *Genre analysis: English in academic and research settings* (1990). Para o autor, é o propósito comunicativo que molda o gênero, determinando sua estrutura interna e impondo limites quanto às possibilidades de ocorrências lingüísticas e retóricas.

Swales partiu da análise do próprio termo gênero que, habitualmente associado apenas ao contexto da literatura, passou a ser utilizado para referir-se a uma categoria particular de discurso de qualquer tipo, falado ou escrito, com ou sem aspirações literárias. Mesmo assim, reconhecia o autor, o conceito permanecia vago e, o que era ainda pior, freqüentemente relacionado à mera aplicação de fórmulas para a construção de determinados textos. Essa caracterização do gênero como simples mecanismo obscurecia o fato de que “a língua é, afinal, uma questão de escolha” (1990, p. 33).

Para construir sua própria definição, Swales pesquisou o conceito de gênero a partir do enfoque de diferentes disciplinas: estudos folclóricos, estudos literários, lingüística e retórica. Concluiu que havia pontos em comum na forma como cada vertente compreendia o conceito, dentre os quais destacamos: - desconfiança em relação à classificação dos gêneros e a uma postura prescritiva na sua definição: os gêneros são entidades dinâmicas, passíveis de transformações de acordo com as condições sociais e históricas em que são produzidos, por isso não se prestam a classificações fáceis ou a estudos meramente prescritivos; - percepção de que os gêneros são importantes para integrar o passado e o presente: como construções históricas, os gêneros mantêm certa estabilidade, mas também evoluem para responder às necessidades de um mundo em mudanças; - reconhecimento de que os gêneros se situam no âmbito de comunidades discursivas, nas quais são importantes as práticas e crenças de seus membros: cada comunidade tem seus objetivos particulares e, assim, é a própria comunidade que define quais gêneros são relevantes para a consecução desses objetivos; - ênfase no propósito comunicativo e na ação social: Swales nos remete a Miller (1984), cuja definição de gênero não está centrada na substância ou na forma do discurso, mas no conceito de ação social; situado num contexto sócio-retórico mais amplo, o gênero funciona como um meio para a realização de nossos propósitos comunicativos (e mesmo para a identificação de tais propósitos). - Com base nessas caracterizações, e apoiando-se especialmente nos subsídios teóricos da Etnografia da Fala e da Análise do Discurso anglo-saxã, Swales propõe uma visão integrada de gênero que engloba os participantes da comunidade discursiva, os eventos comunicativos e as convenções sócio-culturais, cada elemento convergindo na direção de uma mesma finalidade. Tal finalidade, como resume Elias (2000), é alcançar o propósito comunicativo pretendido. Swales chega, assim, à seguinte definição:

Um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos membros compartilham os mesmos propósitos comunicativos. Tais propósitos são reconhecidos pelos membros especialistas da comunidade discursiva de origem e, portanto, constituem o conjunto de razões (*rationale*) para o gênero. Essas razões moldam a estrutura esquemática do discurso e influenciam

e impõem limites à escolha de conteúdo e de estilo. (1990, p. 58)

Essa conceituação aponta claramente que o principal traço definidor de gênero para o autor, nessa obra, é o **propósito comunicativo compartilhado pelos membros da comunidade na qual o gênero é praticado**. Os demais traços, como as convenções, o estilo, o canal, o vocabulário e a terminologia específicos, embora importantes, não exercem a mesma influência sobre a natureza e a construção do gênero. Assim, os gêneros aparecem como veículos comunicativos usados para a consecução de determinados fins (1990, p. 46). Bhatia (1993), analisando a definição de Swales, corrobora essa posição, ao defender que o critério de maior relevância para a definição de gêneros (e a identificação de possíveis sub-gêneros) é seu propósito comunicativo. Assim, qualquer mudança significativa no propósito comunicativo irá provavelmente resultar num gênero diferente, enquanto modificações menores nos ajudam a distinguir os sub-gêneros.

Gênero e comunidade discursiva são conceitos-chave em Swales. O que o autor considera um evento comunicativo compreende “não somente o discurso e seus participantes, mas também o papel desse discurso e o ambiente de sua produção e recepção, incluindo suas associações históricas e culturais” (1990, p. 46). Já a noção de comunidade discursiva diz respeito àqueles que trabalham usualmente ou profissionalmente com um determinado gênero e que, deste modo, têm um maior conhecimento de suas convenções (p. 54). Uma das condições essenciais para fazer parte de uma dada comunidade discursiva é, portanto, dominar razoavelmente os gêneros que ela detém, é ser capaz de manejar as convenções comunicativas e pragmáticas dessa comunidade. Tal conhecimento, conforme Araújo (2000, p. 189), permite aos membros da comunidade “responderem de maneiras similares a propósitos comunicativos similares”. Para Bonini (2001b), conhecer o padrão lingüístico particular de um certo grupo de indivíduos que atuam comunicativamente mediante propósitos compartilhados é requisito não só para a adesão à comunidade discursiva quanto para a ascensão em sua estrutura hierárquica de participação.

Swales também se preocupa com as aplicações pedagógicas do conceito de gênero. Acredita que esquemas formais têm que ser ativados e desenvolvidos, mas não como categorias rígidas nas quais todos os textos seriam forçados a se encaixar. É de acordo com esses princípios que o autor (1990, p. 141) descreve a introdução de artigos científicos, propondo o que chama de modelo CARS (creating a research space, ou criando um espaço de pesquisa). As categorias fundamentais desse modelo, denominadas moves (movimentos), englobam subcategorias, por vezes optativas entre si, denominadas steps (passos). Não vamos aqui reproduzir o quadro com todos os movimentos e passos porque nosso interesse é apenas mostrar que se trata de um quadro descritivo de categorias que **podem** ocorrer nessa parte do artigo, mas não de um modelo rígido, cristalizado. Só para exemplificar (Swales, 1990, p. 144), os autores de artigos científicos utilizam as mais variadas formas para “estabelecer a importância da pesquisa” (passo 1, dentro do movimento 1, que corresponde a “estabelecer o território”), o que está diretamente relacionado ao grau de relevância que os membros da comunidade discursiva conferem a essa etapa da introdução. O estudo do gênero não pode se limitar, portanto, ao conhecimento de estruturas retóricas.

De qualquer modo, por maiores que tenham sido as contribuições de Swales para o estudo dos gêneros com base em sua obra de 1990, o próprio autor fez posteriormente a revisão de alguns de seus conceitos-chave.

REVENDO O CONCEITO DE PROPÓSITO COMUNICATIVO

Em 2001, com Askehave, Swales rediscute a centralidade do propósito comunicativo. Desde o início da década de 80, o propósito comunicativo tem sido usado como um dos principais critérios para a conceituação e categorização dos gêneros. Dentre os estudiosos que adotaram essa perspectiva, Askehave & Swales citam Martin (1985), Miller (1984) e Bathia (1997). Acrescentaríamos um exemplo ainda mais recente (Martin & Rose, 2003), no qual esses autores definem o gênero como um processo social orientado por **objetivos** que se busca alcançar (“usamos os gêneros para conseguir as coisas”, p. 7). O fato é que a questão do propósito comunicativo continua presente nas principais abordagens contemporâneas de gênero e nos trabalhos que tratam de suas implicações e aplicações pedagógicas.

Entretanto, assim como ocorreu com as teorias de gênero de modo geral, a concepção de propósito comunicativo também tornou-se mais complexa. Com o desenvolvimento dos estudos teóricos, outras visões foram sendo incorporadas à noção de gênero. Só para citar alguns exemplos, contribuições importantes incluem Bakhtin (com sua noção de intertextualidade), Vygotsky (com seus estudos sobre aprendizagem e processos cognitivos) e Fairclough (com sua crítica sobre as complexas relações entre gênero e poder). Deste modo, com tais avanços teóricos, reconheceu-se que o propósito é um critério muito difícil de se trabalhar do ponto de vista analítico. Askehave & Swales apontaram algumas fragilidades do conceito, baseando-se na maleabilidade dos gêneros, na multiplicidade de objetivos que podem apresentar, nas variações transculturais de nomenclatura e no próprio fato de que os propósitos nem sempre são claros.

Há situações em que podem ocorrer divergências sobre a identificação dos propósitos até entre os membros especialistas de uma dada comunidade discursiva. Há gêneros que têm o mesmo propósito e que são diferentes em termos de aspectos formais, de organização textual, assim como há textos idênticos ou quase idênticos com propósitos comunicativos bem diversos. Askehave & Swales ainda enfatizam que, mesmo conhecendo-se as convenções de determinados gêneros, pode-se romper com essa visão convencionalizada e usá-los com outras finalidades, como é o caso do texto de humor, da paródia, do pastiche. Isso nos remete ao conceito de *re-accentuation* de Bakhtin (desenvolvido particularmente em *Os gêneros do discurso*, 1953/1997), segundo o qual podemos oferecer novas versões de nosso repertório genérico para efeitos de humor, ironia e jogos verbais.

Para melhor explicitar seus argumentos, os autores tomam o exemplo da lista de supermercado. O propósito aqui parece muito evidente: apenas lembrar o que é preciso comprar. No entanto, há quem faça a lista para saber o que **não** comprar, para se impor disciplina, para conter seus impulsos consumistas. Ao contrário do que se acreditava a princípio, é possível que um mesmo gênero tenha propósitos comunicativos diferentes. Mas isso não significa dizer que a concepção de propósito tenha perdido sua importância, e que se possa limitar a análise apenas às características formais dos gêneros. Para ficarmos no mesmo exemplo, um texto identificado como uma lista de compras apenas pelo seu formato pode ser, na verdade, um poema.

Quando falam da dificuldade de operacionalização do conceito, o que os autores estão considerando como especialmente problemático é tomar o propósito comunicativo como um instrumento primário de categorização dos gêneros. O analista não pode simplesmente lançar mão apenas do propósito comunicativo para decidir de forma rápida e fácil quais textos pertencem a esse ou àquele gênero. Assim, propõem para o analista um procedimento alternativo, no sentido de auxiliá-lo no processo de identificação. Foge ao escopo deste trabalho explicitar esse procedimento, especialmente interessante

para pesquisadores que têm por objetivo fazer descrição de gêneros. O que importa aqui destacar é que os autores continuam reconhecendo a extrema importância do propósito comunicativo, que se mantém como um conceito viável e útil.

No contexto pedagógico, por exemplo, seria muito produtivo levar os alunos a refletirem sobre questões como as seguintes: a relação do propósito comunicativo com outras características do gênero; a possibilidade de um determinado gênero ter múltiplos propósitos imbricados; as intenções subjacentes; a subversão de convenções formais com a finalidade de provocar certos efeitos no leitor. No contexto da vida real, nas relações sociointeracionais, as pessoas não se comportam como analistas de gêneros, mas, ao **usarem** os gêneros, sempre reconhecem neles algum propósito, ainda que não seja aquele idealizado pelo produtor. Por isso, também na escola é importante que os alunos busquem reconhecer os propósitos possíveis de um texto, não com o objetivo de categorizarem os gêneros, mas o de tornarem-se leitores e escritores mais eficazes. Com esse tipo de abordagem, o trabalho com a leitura e produção de textos na escola ficaria menos “pedagógico” e mais próximo das experiências sociais compartilhadas pelos alunos fora da sala de aula.

REDISCUTINDO A CONCEPÇÃO DE COMUNIDADE DISCURSIVA

Em *Other floors, other voices* (1998), Swales revisita o conceito de comunidade discursiva, que admite ser problemático, embora potencialmente muito útil para diversos campos de pesquisa.

Entre as várias críticas feitas por outros autores, o conceito seria vago, de difícil definição ou intrinsecamente idealista e utópico. O próprio Swales aponta alguns problemas. Um deles envolve a abrangência do conceito (1998, p. 21): por exemplo, a universidade constitui uma comunidade discursiva ou essa noção deve antes aplicar-se a uma faculdade, ou a um departamento somente, ou mesmo a um grupo específico dentro de um departamento? Não é simples responder a essa questão. Outro problema é o da circularidade (1998, p. 198): o discurso sendo definido pela comunidade e vice-versa. O autor argumenta que nem todas as comunidades são comunidades discursivas (por exemplo, os assinantes de TV a cabo), assim como nem todos os discursos podem ser encaixados numa determinada comunidade (como é o caso de gêneros “públicos” como previsões do tempo). Mesmo uma comunidade supostamente unida por um mesmo tópico de interesse (por exemplo, uma sociedade internacional de estudos bakhtinianos) pode não ser, de fato, uma comunidade discursiva devido aos propósitos e perspectivas completamente diferentes de seus membros.

Swales já havia tentado rever o conceito em 1993 (no artigo “Genre and engagement”), questionando se, teoricamente, a noção de comunidade discursiva seria um construto social consistente ou apenas uma metáfora, um recurso que nos daria uma facilidade ilusória de fazer generalizações sobre o mundo e suas palavras (p. 694). Mas, na sua opinião, acabou adotando uma visão reducionista, ao desvencilhar o conceito de comunidade retórica das idéias de “associação” e “coletividade” (*membership and collectivity*). Por isso, em 1998, decidiu fazer nova investigação, selecionando o mundo das instituições acadêmicas. Nesse estudo de base etnográfica, considera a importância da distinção entre comunidade discursiva **local versus global** (sugerida por Killingsworth and Gilbertson, 1992) e admite que uma comunidade pode estar encaixada dentro de outras. Propõe, então, uma comunidade discursiva de **lugar** (*a place discourse community*), com as

seguintes características (p. 204): -uma comunidade discursiva de lugar é um grupo de pessoas que trabalham juntas regularmente (ou durante todo o tempo, no mesmo lugar); -esse grupo tipicamente tem um nome; -os membros desse grupo (ou a maioria) têm consciência de seus propósitos e dos papéis que desempenham em conjunto, seja por decisão do grupo, projetos em equipe, negócios de rotina ou empreendimentos individuais endossados pela maior parte dos outros membros. Ao longo da sua existência, a comunidade discursiva de lugar vai desenvolvendo uma série de gêneros, orais e escritos, para atender a seus propósitos e papéis, integrando-se numa rede interativa que permite validar suas atividades fora de sua própria esfera.

Pode-se concluir que, mesmo com essa revisão teórica, a concepção de comunidade discursiva continua válida, e o termo (com suas variantes) continua sendo amplamente utilizado.

No contexto brasileiro, Bonini (2002) também discute as limitações do conceito de comunidade discursiva. Reconhece que o conceito é certamente um mecanismo bastante produtivo nas pesquisas sobre gêneros, tendo em vista o grande volume de estudos que desencadeou. Contudo, conforme percebeu o próprio Swales, os critérios que foram usados para definir uma comunidade discursiva não são aplicáveis a um grande número de gêneros que circulam na sociedade, como é o caso dos gêneros de comunicação de massa, dos gêneros cotidianos e literários.

Ao utilizar como exemplo de seu conceito teórico a comunidade de colecionadores de selos de Hong-Kong (1990, p. 27), Swales salienta que os membros dessa comunidade podem não ter, a princípio, nada em comum, mas compartilham os mesmos interesses e objetivos (“*a shared hobby interest*”). Além disso, há mecanismos de intercomunicação, como publicações bimestrais (altamente interativas), encontros, telefonemas, troca de correspondência. A baixa diversidade temática e a intercomunicação entre seus membros enquadram-se perfeitamente nos critérios definidores de comunidade discursiva.

Há gêneros, porém, que fogem a esse padrão. Bonini (2002, p. 156) dá o exemplo da carta comercial, que, embora tenha sido descrita por autores como Bathia (1993) com base nas teorias de Swales, não é um gênero que admita a idéia de uma comunidade discursiva homogênea ou regular. Os seguintes questionamentos podem ser feitos: os receptores de uma carta comercial, os clientes, fazem parte de uma mesma comunidade discursiva? Os receptores e emissores compartilham os mesmos propósitos em relação àquele gênero e àquela comunicação? Há igualdade de participação entre os membros dessa prática comunicativa?

A “comunidade discursiva” tal como defendida por Swales em 1990 também não parece se adequar à concepção de “comunidade virtual”, que surgiu a partir dos gêneros emergentes ligados às novas tecnologias digitais. Como observa Marcuschi (2004), em diversos contextos da Internet, como no caso dos **chats**, os indivíduos são em geral anônimos, efêmeros e superficiais nas interações. Se tomamos como exemplo as **listas de discussão**, concluímos que, embora seus membros tenham interesses e práticas comuns, a noção de comunidade é muitas vezes diluída.

É preciso deixar claro que estudiosos como Bonini e Marcuschi consideram que a noção de comunidade discursiva deve ser revista, mas não abandonada. Bonini (2002) chega a sugerir uma ampliação do conceito, criando outras categorias, o que não nos interessa detalhar aqui. O que nos importa enfatizar é que, apesar de o próprio Swales ter reconhecido a necessidade de reformulações, o conceito continua bastante produtivo para a compreensão e uso dos gêneros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco do presente trabalho foi a perspectiva sócio-retórica de Swales, mas, seja qual for a linha teórica adotada, não se pode perder de vista a complexidade da noção de gênero textual. Embora o conceito já esteja bastante difundido e largamente explorado na pesquisa acadêmica, algumas questões precisam ser revistas ou melhor investigadas para dar conta da infinidade de gêneros que circulam em nossas práticas sociais.

Conforme diz Bakhtin (1997), haverá tantos gêneros de discurso quanto houver atividades humanas. Além de o repertório de gêneros ser ilimitado, outros fatores tornam o conceito de difícil definição: os critérios normalmente usados para sua classificação estão em interação constante; como artefatos historicamente construídos, os gêneros apresentam um caráter de dinamicidade e maleabilidade; são mutáveis, podem imbricar-se com outros gêneros, emergir ou simplesmente desaparecer.

No que concerne a Swales, acreditamos que o autor assume um papel especialmente interessante ao alimentar o debate acerca de suas próprias concepções iniciais.

Vimos que Swales ampliou a sua visão de “propósito comunicativo”, admitindo, por exemplo, que um mesmo gênero possa atender a finalidades diversas. Embora possa ser problemático manter a centralidade do propósito comunicativo na categorização de gêneros, esse conceito continua sendo considerado, sim, um critério relevante para a compreensão ou produção dos gêneros textuais. Os propósitos não podem ser negligenciados ou correremos o risco de tratar os gêneros meramente como um conjunto de regras lingüísticas, desconsiderando sua dimensão sócio-cultural. Com relação à “comunidade discursiva”, dependendo do contexto em que o gênero é praticado, nem todas as características apontadas inicialmente por Swales se aplicam. A nomenclatura é flutuante (por exemplo, “comunidade discursiva”, “comunidade de práticas”, “comunidade de lugar”) e há certas diferenças conceituais entre as diversas abordagens, mas parece evidente que a conceituação de gênero não pode prescindir da noção de comunidade e do princípio de intercomunicação entre os membros dessa comunidade, que partilham interesses e práticas sociais.

Em suma, com suas reformulações, Swales reforçou a importância de seus conceitos como objeto de reflexão. E demonstrou que, por mais que os estudos de gênero tenham avançado teoricamente, não se pode pensar em classificações estáveis e definitivas, nem fechar a discussão em torno dos critérios definidores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Antônia Dilamar. Análise de gênero: uma abordagem alternativa para o ensino da redação acadêmica. In: FORTKAMP, M.; TOMITCH, L. (eds.) *Aspectos da lingüística aplicada*. Florianópolis: Insular, 2000. p. 185-200.

ASKEHAVE, I., SWALES, J. M. Genre identification and communicative purpose: a problem and a possible solution. *Applied Linguistics*, v. 22, n. 2, p. 195-212, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. (1953) Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 277-326.

BHATIA, V. K. *Analysing genre: language use in professional settings*. New York: Longman, 1993.

BONINI, Adair. Ensino de gêneros textuais: a questão das escolhas teóricas e metodológicas. In: *Trabalhos em Lingüística Aplicada*, 37, p. 7-23, 2001a.

_____. O conhecimento de jornalistas sobre gêneros textuais: um estudo introdutório. In: *Linguagem em (dis)curso on line*, v. 2, n. 1, 2001b.

_____. *Gêneros textuais e cognição: um estudo sobre a organização cognitiva da identidade dos textos*. Florianópolis: Insular, 2002.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. A circulação dos discursos e a problemática dos gêneros. *Estudos Lingüísticos XXXI*, 2002. CD-ROM.

ELIAS, Carmem Teresa do Nascimento. *A genre analysis of ads from charity institutions*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1998.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antônio Carlos. (orgs.) Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

MARTIN, J.; ROSE, D. *Working with discourse*. London: Continuum, 2003.

MILLER, Carolyn R. Genre as social action. *Quarterly Journal of Speech*, n. 70, p. 151-167, 1984.

SWALES, John M. *Genre analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. Discourse community and the evaluation of written text. *Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics*, 1992. p. 1-8.

_____. Genre and engagement. *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, 71, p. 687-698, 1993.

_____. Issues of genre: purposes, parodies and pedagogies. *Perspectivas recientes sobre el discurso*, p. 11-25, 2001.

_____. *Other floors, other voices: a textography of a small university building*. London: Lawrence Erlbaum, 1998.